

PARIS DEU A VOLTA POR CIMA

Roberto Rodrigues*

Depois dos trágicos atentados terroristas vividos por Paris em novembro passado, a Cidade Luz assistiu a uma das mais espetaculares negociações internacionais de todos os tempos em torno do aquecimento global. Pela primeira vez na história ficou claro que o interesse global supera interesses de nações inteiras e/ou de sociedades específicas.

Ministros de mais de 190 países aprovaram um documento, o Acordo de Paris, que consagra o compromisso universal contra o aumento das emissões de gases de efeito estufa. Foi um final feliz da 21ª Conferência do Clima, a COP 21. O documento cria através de caráter "legalmente vinculante" a obrigação de todas as nações signatárias de estabelecer estratégias que limitem o aumento da temperatura a menos de 2 graus centígrados - e se possível abaixo de 1,5 grau - até o ano 2100. Mais do que isso, ficou definido que os países ricos deverão disponibilizar cem bilhões de dólares por ano, a partir de 2020, para financiar programas de reduções de emissões nos países pobres. Analistas mais céticos gostariam que o texto final estabelecesse metas numéricas globais de redução e também que alguns países centrais o fizessem mais claramente. Mas o que realmente importa é a mudança positiva de grandes países emissores, como Estados Unidos e China, que defenderam o compromisso universal.

O documento reconhece que as metas de redução de emissões ainda permitem que elas cheguem a 55 gigatoneladas de CO₂ em 2030, o que é incompatível com a meta de menor aquecimento global, e "espera-se" que maior esforço será envidado para reduzir as emissões no máximo 40 gigatoneladas até aquele ano.

Outra decisão super importante, porque cria obrigações igualmente globais, determina que a cada 5 anos as metas sejam revisadas e redefinidas, começando com uma primeira análise já em 2018, mas com verificações mais firmes de 2023 em diante. Isso conferirá transparência ao processo, uma vez que não foi estabelecida a obrigatoriedade de cumprimento das metas por cada país: este é um compromisso voluntário, e cada um será seu próprio fiscal.

O grande avanço dessa negociação foi o alinhamento de governos, bem como o compromisso integral de representantes de variados setores da sociedade civil e até de comunidades menos consideradas, como indígenas.

Alguns delegados, embora reconhecendo que o texto final é bastante ambicioso, acham que ficou um pouco vaga a questão sobre quais caminhos deveriam ser seguidos para se conseguir a assumida redução de emissões. Mas isto se deve ao fato de que o Congresso Americano se recusa a cancelar documento imponha obrigações aos Estados Unidos.

O Brasil teve um papel relevante nas negociações, com seus compromissos voluntários ambiciosos. A Ministra Izabella Teixeira foi firme quanto aos nossos propósitos e ajudou a mediar as tradicionais diferenças entre os países ricos e pobres.

E não é para menos. Já estamos dando uma contribuição notável há muito tempo. Basta citar os dados do crescimento da área plantada no país (50% nos últimos 25 anos), e a produção dos mesmos (243% no período), o que permitiu preservar mais de 60 milhões de hectares, além de 58 milhões hoje ocupados pela plantação de grãos.

Mas isso é pouco comparado ao que ainda faremos com os programas do Plano ABC, com a redução do desmatamento, com os biocombustíveis e a bioeletricidade, entre outros.

O Agro Brasileiro já admirado pela sua competitividade, deu mostras de seu compromisso em defesa da sustentabilidade do planeta.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Presidente do LIDE Agronegócio**